
Prestação de Contas do Conselho Municipal de Saúde de Campinas

Março de 2020 a janeiro de 2023

Uma análise de representantes de Usuários/as/es e Trabalhadoras/es na Secretaria Executiva e Mesa Diretora do Conselho

1. Introdução

Em fevereiro de 2023 este Conselho conclui o seu mandato, iniciado em março de 2020. Cumpre, portanto, prestar contas do que foi realizado ao longo desse período, além de se fazer uma avaliação da sua atuação. Cumpre esclarecer que não se trata da prestação de contas da Secretaria de Saúde, ou seja, não é objeto desse documento avaliar alcance das metas e indicadores do SUS campineiro, o que já é feito pelos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatórios de Gestão Anual. Trata-se de prestar conta das ações e atividades desempenhadas pelo Conselho de tal modo a exercer seu papel de controle social, fiscalizando, monitorando e participando estrategicamente da formulação de diretrizes para o SUS local.

Um balanço das atividades ao final de um mandato cumpre o objetivo de fornecer elementos que permitam ao próximo Conselho, ainda que contando com pessoas que esteve presente nesse, avaliar erros e acertos de tal forma a ajudá-lo a se orientar, corrigindo rotas no que for necessário e ou aprofundar caminhos, reafirmando e fortalecendo os exitosos. Partimos do princípio de que caminhos exitosos são aqueles que contribuíram e contribuem para ampliar a autonomia e independência do Conselho e Conselheiros(as/es) para monitorar, avaliar, fazer proposições, atuar e apontar diretrizes de um SUS, particularmente o local, de qualidade, público, equânime, de fácil acesso, com ampla cobertura, de fato universal, inclusivo e humanizado. Essas diretrizes foram apontadas, discutidas e reafirmadas a cada reunião da sua Secretaria Executiva e Mesa Diretora, do seu pleno, nas suas comissões permanentes e em cada uma das atividades exercidas por conselheiros(as/es) quando investido de sua representação. Ainda que possa ter diferenças individuais sobre a compreensão e desejo de defender cada um deles, o que nos interessa, ao fim e ao cabo, são os consensos firmados que nos transformam em sujeito coletivo.

Para esse balanço e prestação de contas nos baseamos nos vários documentos (atas, boletins, resoluções, recomendações acessíveis na página do Conselho) produzidos e aprovados pela Secretaria Executiva, Comissões Permanentes e pelo Pleno.

Para facilidade de compreensão dividimos essa prestação de contas/avaliação em 4 dimensões: a) Estruturação do Conselho; b) Organização do Conselho; c) Produtos e produções mais importantes c) Conclusões e Recomendações.

1. A Estruturação do Conselho Municipal de Saúde

1.1. Descrição da Estrutura do Conselho

Nosso conselho funciona, há décadas, em espaço próprio cedido pela Secretaria de Infra-estrutura, dividido em duas salas: a Secretaria e uma Sala de Reunião, que também serve como depósito de documentos, livros e instrumentos de uso do Conselho (apesar do seu tamanho razoável, está parcialmente tomada pela guarda desses objetos, tornando-a pouco adequada para a sua finalidade precípua).

No passado esta última era muito usada pelas diversas comissões do Conselho, o que fazia com que o espaço fosse considerado insuficiente, motivo para demanda à Secretaria, sem sucesso, para a cessão de outro espaço mais adequado e capaz de comportar as várias necessidades. Com o advento da crise sanitária da Covid-19 e mudanças de vários hábitos, entre eles a predominância das reuniões virtuais, o espaço tem tido uso mais restrito, para algumas reuniões de trabalho ou de uma ou outra comissão.

Não há ar-condicionado e nos períodos de calor conta com ventiladores para amenizar a temperatura.

Tem hoje duas funcionárias: uma Secretária Executiva, cargo em comissão, indicada pela gestão da Secretaria, assumida por profissional de saúde deslocada de outra função, há mais de uma década e uma segunda servidora, com tarefas administrativas, deslocada de suas funções para prestar serviço no Conselho. Ambas são apoiadas por uma jovem aprendiz, com funções restritas adequadas à sua idade e função.

Possui conexão por internet, com página própria (<https://cms.campinas.sp.gov.br/>) e postagem autônoma, conquistada junto à Secretaria neste mandato, tanto para informações e prestação de contas ao público em geral, quanto para receber reclamações, sugestões e opiniões. Nela são publicados documentos, atas, resoluções, novidades etc.

Possui hoje 03 (três) computadores, 01 (uma) impressora, 02 (dois) laptop e 02 (dois) Datashow, 01 (uma) televisão, 03 (três) escrivaninhas, 02 (duas) mesas de reunião médias (que compõem uma grande), 10 (dez) cadeiras, 03 (três) cadeiras ergonômicas para escrivaninha e 05 (cinco) armários.

O Conselho possui uma rubrica orçamentária no orçamento da Secretaria, porém nem sempre utilizada por não ter regras claras e pela falta de competência dos (as/es) conselheiros (as/es) para o seu uso.

A posse, ocupação e estruturação desse espaço pelo Conselho Municipal de Saúde é um dos motivos dos vários conflitos e tensões com a gestão da Secretaria de Saúde há mais de uma década.

2. Demandas do Conselho para a sua adequada estruturação e as respostas da Secretaria de Saúde

2.1. Espaço adequado para o bom funcionamento do Conselho e condições de trabalho para seus funcionários

Há mais de uma década é demandado da Secretaria um espaço mais amplo, que contemple uma sala de reuniões com móveis confortáveis, salas e móveis ergonômicos para seus funcionários, equipadas com computadores e pelo menos uma impressora, sala para biblioteca e arquivo e uma copa-cozinha para conforto de suas trabalhadoras e usos eventuais durante reuniões.

Até o momento não houve resposta positiva e, pelo contrário, logo no início deste mandato, corremos o risco de perder o espaço atual, pois, por se tratar de anexo da Secretaria de Infraestrutura, foi motivo de conflito com o atual Secretário, reivindicando o espaço de volta.

2.2. Trabalhadores em número e atribuições adequadas para o bom o desempenho das atribuições

Durante esse mandato, de 2020 a 2022, repetindo demandas de gestões anteriores do Conselho, foi solicitada a ampliação do número de servidores do Conselho, que passou a maior parte do tempo com apenas uma trabalhadora, a sua Secretária Executiva. Além dela, só durante alguns meses, teve um outro profissional cedido por 10 horas diárias, trabalho interrompido pela sua aposentadoria. Só agora, nos últimos 07 (sete) meses, foi cedida uma funcionária com atribuições administrativas.

Dentre os profissionais solicitados estão aqueles (as) com atuação reconhecida nas áreas de contabilidade, direito, comunicação em saúde e saúde coletiva.

Como nunca houve resposta positiva da Secretaria, foi encaminhado processo a Promotoria Pública.

A Secretaria alega que tais funções podem ser desempenhadas por profissionais da própria Secretaria, colocados à disposição para responder a demandas específicas, quando houver necessidade. De outro lado, o Conselho solicita que tais profissionais sejam independentes da Secretaria e de “confiança” do Conselho, pois como há sempre contradições entre as análises dos (as/es) trabalhadores (as/es) e usuários (as/es) que se contrapõem às da gestão, consideramos que consultores independentes seriam dispositivos para a autonomia e não cooptação do Conselho por parte das autoridades gestoras.

2.3. Equipamentos atualizados e em condições funcionais e técnicas adequadas.

Os equipamentos do Conselho (especialmente os computadores) são adquiridos com muita lentidão, sempre deixando a desejar no quesito qualidade, com muitos chamados para conserto, que não resolvem os problemas, tornando-se rapidamente obsoletos, inclusive pelo uso intensivo.

Em função da ação junto à promotoria do Ministério Público, foram feitas recentemente requisições para sua renovação.

2.4. Utilização em tempo hábil e correto da rubrica orçamentária do Conselho.

Embora haja disponibilidade orçamentária de recurso para o Conselho (2022 esta dotação foi de R\$ 124.450,00), o mesmo só é utilizado em parte, a partir de demandas estruturadas do Conselho como, por exemplo, lanches para eventos como Conferências e custeio de algumas atividades (compra de crachás e transporte de conselheiros etc.). A prefeitura alega que mais não é utilizado porque o Conselho não o solicita. De fato, diante da falta de competência dos (as/es) conselheiros (as/es) (lembremos que são voluntários, não tem tempo disponível e formação adequada) e dos funcionários, atividades deixam de ser realizadas por falta de recursos financeiros ao mesmo tempo que sobra orçamento. Essa é uma das razões pela qual é demandado profissional com formação adequada (contador), de tal modo a obter assessoria para efetiva

utilização do orçamento, mantendo-se como demanda não respondida pela Secretaria e que deve continuar sendo objetivo do Conselho Municipal de Saúde.

3. Organização do Conselho:

O Conselho está organizado de forma paritária com 44 membros titulares e igual número de suplentes, estando representados movimentos sociais, sindicatos, trabalhadores da saúde, gestores, serviços conveniados/contratados, a Diretoria Regional de Saúde (que não indicou nenhum nome, estando vago esta representação há vários mandatos), hospitais universitários e universidades. Para o seu funcionamento conta com o pleno e as comissões permanentes (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Reformas da Saúde, Comissão de Atenção Básica, Comissão de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, Comissão de Comunicação, Comissão de Educação Permanente de Conselheiros (as/es), Comissão de Fortalecimento dos CLS e Acompanhamento das Eleições, Comissão de Políticas Municipais de Plantas Medicinais e Fitoterapia, Comissão de Saúde da Mulher, Comissão de Saúde Mental, Comissão Em Defesa dos (as/es) Trabalhadores (as/es) do SUS Campinas, Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva).

Ademais conselheiros usuários (as/es) acompanham e monitoram convênios da Secretaria, participando das Comissões de Acompanhamento de Convênios, órgãos da Secretaria de Saúde dos quais participam, além de conselheiros (as/es), representantes da Secretaria e da instituição conveniada. Participam ainda das Comissões de Pesquisa e Ética de Universidades e Faculdades com foco em saúde.

3.1. Organização do Pleno do Conselho

Reúne-se mensalmente e, eventualmente, extraordinariamente, por excesso de demandas por pautas, particularmente aquelas relacionadas à prestação de contas por parte da Secretaria ou para avaliação e votação de convênios. Ao longo deste mandato não deixou de realizar nenhuma reunião ordinária e apenas uma foi suspensa, por falta de quórum, relacionada a problemas na transmissão por ser uma reunião híbrida. Ao longo de 2020, 2021 e parte de 2022 as reuniões aconteceram de forma virtual, online, por causa da pandemia de Coronavírus. Retomaram-se as reuniões presenciais em 27 de abril de 2022, e, novamente, ao formato remoto em dezembro de 2022 diante do novo surto do vírus.

Para que se realizassem virtualmente houve uma grande mobilização de parte de alguns conselheiros, notadamente da Comissão de Comunicação, para apoiar aqueles que tinham dificuldades, seja por falta de acesso à internet, seja por desconhecimento do uso da plataforma de transmissão das reuniões.

Por decisão da Secretaria Executiva tem sido pautadas, em cada reunião, dois temas: um, referente às burocracias necessárias para a boa gestão da Sistema de Saúde (prestação de contas, avaliação de convênios e avaliação de programas) e outro, que denominamos “temas da vida”.

Consideramos estes como os mais significativos e importantes para avaliar, monitorar e fazer proposições para ir configurando o SUS local, insistindo em agendas definidas como estratégicas: facilitação de acesso

tanto na atenção primária quanto nas redes média e alta complexidade, humanização, avaliação dos serviços das várias redes de atenção, as terceirizações e privatizações em curso, oferta de serviços e programas e as suas qualidades, dentre outros.

As pautas e temas são definidas pela Secretaria Executiva levando em conta as sugestões de conselheiros, das comissões permanentes ou o conjunto de demandas e críticas da sociedade, bem como das necessidades imperiosas para a boa gestão do SUS. A documentação necessária às discussões, tais como contas, relatórios e convênios a serem avaliados ou boletins, textos e apresentações sobre os “temas da vida”, sempre foram enviadas a tempo, sem atrasos ou faltas, refletindo a boa organização do CMS, apesar da falta de funcionários.

A maioria das discussões desses temas resultaram em proposições de resoluções e recomendações à Secretaria de Saúde, em grande medida aprovadas por unanimidade por uma maioria significativa dos presentes às reuniões.

São exemplos dessas pautas:

- a) Apresentação, Discussão e Votação do plano de instalação do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Sul-Sudeste;
- b) Análise da Situação da Pandemia do Covid 19 e suas implicações nos processos de trabalho dos, na dificuldade do acesso e precarização das condições de trabalho, em várias reuniões do pleno;
- c) Carta de Demandas para firmar compromissos com as Candidaturas para o Executivo e Legislativo nas Eleições 2020;
- d) Apresentação e Discussão de Estudo sobre Dados Hospitalares (públicos e conveniados com a Secretaria de Saúde), de 2015 a 2019, pautas de 2 reuniões;
- e) Apresentação, Discussão da Proposta sobre Comunicação em Libras nos Serviços de Saúde de Campinas;
- f) Preparação, relatório síntese e relatório final do Plano Plurianual de Saúde, em várias reuniões ao longo de 2022;
- g) Falta de medicamentos e insumos na rede de serviços, pautas de várias reuniões;
- h) Problemas em obras entregues, também objeto de várias discussões;
- i) Apresentação e discussão da Implantação dos NASF (Núcleo Ampliado de Saúde da Família) pela Secretaria Municipal de Saúde;
- j) Fechamentos de serviços, tais como a Fonoaudiologia da Policlínica, o programa Sabiá, o serviço de Aconselhamento e Prevenção de HIV do Complexo Ouro Verde, a Farmácia de Fitoterápicos Botica da Família e o Centro de Convivência Casa dos Sonhos;
- k) Dificuldades de Acesso a assistência e exames, tanto na atenção básica quanto em outros níveis de atenção, tema de várias reuniões, algumas com avaliação de pesquisa feito pelos próprios conselheiros;
- l) Apresentação e Discussão da Situação do Câncer de Mama na região de Campinas;

m) Demandas, fluxos e ofertas da Reabilitação no SUS Campinas e de especialidades médicas, alvo de várias reuniões do Conselho e da Executiva;

n) Organização da 3ª. Conferência de Saúde Mental e da 12ª. Conferência Municipal de Saúde.

Esses temas e pautas levaram a produção de várias recomendações e resoluções para ampliação de ofertas, de coberturas, de criação de novos serviços, contra as terceirizações e privatizações do SUS local, bem como a moções de protesto e repúdio sobre estas questões e outras de âmbito nacional.

De modo geral, a participação dos conselheiros, em média, se deu com 25 participantes por reunião, com a exceção de uma, com 19 participantes, insuficiente para o quórum, exigindo reunião extraordinária para que não houvesse atraso nas pautas mais urgentes.

06 (seis) conselheiros alcançaram o número máximo de faltas permitido pelo regimento, outros 09 (nove), por diferentes motivos, pediram desligamento, de tal modo que ao final da gestão temos 21 (vinte e um) usuários, 10 (dez) trabalhadores e 10 (dez) gestores titulares. A perda por faltas foi mais intensa no segmento de trabalhadores, sendo necessário realizar uma eleição extemporânea para substituição de todos os (as) representantes do subsegmento de trabalhadores da urgência, emergência e hospitais. Estes trabalhadores encontram mais dificuldade de participar das reuniões por trabalharem em plantão.

Os posicionamentos de seus integrantes sempre foram freqüentes, com ampla participação de usuários (as/es), trabalhadores (as/es) e gestores (as), gerando discussões acaloradas, às vezes tensas, mas produtivas, resultando em recomendações e resoluções aprovadas por consenso em boa parte delas.

3.2. As Comissões Permanentes do Conselho - organização e funcionamento

De modo geral, funcionam com reuniões mensais com temas estratégicos escolhidos entre os membros ou sugeridos pelo pleno do CMS e Executiva.

Nem todas tiveram atuação proeminente, algumas com poucas reuniões durante esse período, outras que iniciaram trabalhando intensamente, mas a atuação foi decaindo ao longo do tempo. Abaixo fazemos uma breve descrição de cada uma e suas produções.

a) Comissão de Atenção Básica

É uma comissão antiga do Conselho, com altas e baixas durante a sua existência.

Nesse mandato reuniu-se freqüentemente, entretanto não manteve a periodicidade mensal, suspendendo a sua realização por algumas vezes. O número de membros sempre foi pequeno e apesar das tentativas de ampliá-lo, não houve sucesso. Por conseguinte, as reuniões se davam com poucas pessoas, embora as intervenções fossem plurais, levando a discussões produtivas, algumas das quais se tornaram pautas da Executiva ou do Conselho Municipal de Saúde.

As dificuldades de acesso, falta de pessoal, dificuldade da relação em rede com a urgência e com as especialidades foram os temas mais freqüentemente discutidos.

b) Comissão de Saúde Mental:

É uma comissão antiga do Conselho Municipal, que neste mandato teve atuação intensa entre novembro de 2020 a novembro de 2021, em reuniões remotas e periódicas (8 no total), com participação média de 20 pessoas entre trabalhadores (majoritariamente), usuários e gestores da Rede de Atenção Psicossocial (incluindo, algumas vezes, a coordenação de saúde mental da Secretaria de Saúde), além de movimentos sociais e, eventualmente, alunos do curso de Psicologia da PUC Campinas. Ressalte-se a ausência profissionais das equipes de CECOs e CnaR e de trabalhadores e gestores do Cândido Ferreira.

Tem como propósito debater temas importantes para a rede de saúde mental do município, encaminhando ao plenário avaliações e demandas.

As reuniões foram suspensas em novembro de 21, com seus membros participando da organização da 3ª Conferência Municipal de Saúde Mental, ocorrida em abril de 2022, não voltando a se reunir desde então.

Entre os temas discutidos destacam-se os cuidados em saúde mental durante o período da Pandemia, piorada pelo isolamento social, luto pelas pessoas próximas e suspensão dos atendimentos presenciais; as diferenças estruturais entre os serviços do Cândido Ferreira e aqueles da Secretaria, os primeiros melhores equipados e com mais oferta de materiais e insumos para atendimentos individuais e grupais; os retrocessos no contexto nacional das Políticas de Saúde Mental e outras drogas, incluindo a introdução da eletroconvulsoterapia (ECT) para casos de depressão e tentativa de suicídio, da ampliação de internações em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, em detrimento do acompanhamento em Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), redução do financiamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs) e simultâneo direcionamento de verbas para as comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos. Tal situação trouxe maior aproximação com o Movimento da Luta Antimanicomial de Campinas (MLAC), quando foi criado um grupo denominado “Frente Ampla Antimanicomial de Campinas e Interior” para produzir atividades na cidade e região (confecção de folder, com distribuição em praças públicas e para familiares e usuários nas unidades de saúde) para conscientizar sobre a gravidade do momento. Foi aprovada moção neste sentido no pleno envolvendo vários atores na sua confecção

(<https://cms.campinas.sp.gov.br/sites/cms.campinas.sp.gov.br/files/2021-12/Nota%20de%20Protesto%20%C3%A0%20Consulta%20P%C3%BAblica%20Conitec-SCTIE%20n%C2%BA%20107.2021%20-%20Eletrochoque%20N%C3%A3o%2015.12.2021.pdf>).

A partir de maio de 2021, com as reuniões majoritariamente compostas por trabalhadores de NASF, foram abordadas as dificuldades destes profissionais junto às equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do próprio modelo de atenção, relacionadas à percepção de que as equipes de ESF não compreendiam a missão do NASF, mantendo-se atuando num modelo ambulatorial, afastando-se da preconizada inserção territorial e comunitária.

As demandas dos trabalhadores do NASF, produzidas nessas reuniões, foram acolhidas pela Secretaria Executiva do CMS, que apoiou o levantamento sobre o trabalho desenvolvido, cujo relatório foi apresentado no pleno e definidas recomendações à Secretaria

(<https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-municipal-de-saude-referentes-ao-trabalho-desenvolvido-pelos>).

Após a realização da 3ª Conferência de Saúde Mental, ocorreram várias tentativas de retomada da comissão, com vistas a monitorar a implementação de suas deliberações e realizar um Seminário enfocando o Modelo Tecnoassistencial da Saúde Mental de Campinas e as interfaces com o Serviço de Saúde Candido Ferreira, conseguindo-se realizar uma reunião no final de outubro de 2022, na qual definiu-se postergar para depois da realização da Conferência Estadual de Saúde Mental, em fevereiro de 2023, a definição de um cronograma.

c) Comissão de Educação Permanente de Conselheiros (as/es):

É uma comissão antiga do Conselho que, no passado, produziu várias capacitações para conselheiros em parceria com o CETS da Secretaria de Saúde.

Sua primeira reunião, neste mandato, ocorreu em dezembro de 2020, na qual se planejou realizar uma consulta aos (às/es) conselheiros (as/es) sobre os cursos/formações a serem oferecidas pela comissão. Ademais planejava-se ofertar o curso sobre Conceitos básicos (tipo “ABC”) do SUS e oficinas para compreender instrumentos de gestão do SUS, tais o RDQA, prestação de contas, plano municipal e outras. Em parceria com a Comissão de Fortalecimento dos CLS planejou-se uma formação para conselheiros (as/es) locais.

Diante das dificuldades, impostas pela pandemia, de realizar reuniões e trabalhos presenciais e (foram apenas 6 nesse período), tentou-se realizar vídeos aulas com temas sobre o SUS, aproveitando os conteúdos gerais da Série SUS. Planejou-se outros sobre temas do SUS local, em parcerias com a ÚNICAMP, Câmara de Vereadores e o apoio do WASH (Workshop Aficionados em Software e Hardware, que havia efetivado parceria com o CMS em julho de 2021), que infelizmente não se concretizou. Simultaneamente a este processo, foi estabelecida uma parceria com a Série SUS, cujo coletivo independente vem criando desde 2015 vídeos curtos e didáticos sobre o SUS, e Câmara Municipal de Campinas para que 6 vídeos desta Série pudessem ter interpretação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), o que ocorreu em maio de 2022 (<https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/serie-sus-ganha-descricao-em-libras>).

d) Comissão de Saúde da Mulher:

Criada neste mandato em julho de 2021, esta comissão foi fruto de numa parceria entre o CMS, do CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher), militantes feministas e ativistas da saúde menstrual e do parto humanizado. Tem como objetivo discutir e produzir recomendações para políticas públicas para as mulheres, incluindo as de saúde, de enfrentamento da violência e das violações dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Dentre os seus produtos consta uma moção de repúdio a essas violações por parte do governo federal, aprovada no pleno do CMS em junho de 2021.

(https://cms.campinas.sp.gov.br/sites/cms.campinas.sp.gov.br/files/mocoos/2021-06/Mo%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rep%C3%BAdio%20contra%20Portaria%2013.21%20MS%20estabelece%20novo%20m%C3%A9todo%20contraceptivo%20Longa%20A%C3%A7%C3%A3o%20viola%20Direitos%20Sexuais%20Reprodutivos%20mulheres%20situa%C3%A7%C3%A3o%20vulnerabilidade%20psicossocial_09062021.pdf); ajuda para construir pareceres na defesa da “Menstruação sem Tabu” e fazendo recomendações à Câmara a respeito da saúde menstrual (disponível em: <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-camara-municipal-de-campinas-respeito-da-saude-menstrual>), subsidiando o projeto de lei em debate na Câmara de Campinas. Foram 13 reuniões no ano de 2021, com uma média de 6 participantes por reunião e outras 14 em 2022, com 5 participantes em média por reunião.

Em setembro de 2022, foi realizado, em parceria com o Sinergia CUT e o EndoMulheres da baixada Santista, o Seminário sobre Endometriose, que contou com a participação de profissionais especializados na temática e reuniu cerca de 50 pessoas no Salão Vermelho da Prefeitura.

e) Comissão de Comunicação:

Foi instituída em junho de 2020, em deliberação do Pleno do Conselho. Tem como objetivo a comunicação interna, entre os membros do Conselho e dos Conselhos Locais e Distritais, e externa, com a sociedade. Para tal utiliza-se de instrumentos como produção de textos, divulgação de atos e notícias através da imprensa, grupos de WhatsApp, publicações via Facebook, Instagram, Youtube, Radio e outros.

Estruturou-se em torno da atuação de 7 conselheiros trabalhadores, usuários e convidados, que tiveram dificuldade de dedicação por serem voluntários. Durante todo o mandato buscou-se o apoio permanente de profissionais do campo da comunicação em saúde para dar suporte e continuidade do trabalho, sem sucesso. As parcerias conseguidas não se mantiveram.

Dado que os participantes tinham pouca experiência no campo da comunicação, parte das suas reuniões serviram para a realização de treinamentos e aprendizagem de uso de ferramentas e plataformas, porém somente pôde contar com um trabalho qualificado a partir da presença de estagiários pesquisadores de Comunicação em Saúde e Assessoria de Imprensa do WASH, que trabalha na perspectiva da Educação Permanente e Continuada e possui em sua equipe estudantes de comunicação e jornalistas.

O principal objetivo desse trabalho de divulgação seria democratizar a informação, levando-a de modo acessível à população. Assim, houve a construção de estratégias para manutenção da acessibilidade durante eventos com a contratação de intérpretes de libras, por exemplo.

Como estratégia de organização, fez várias reuniões nos dois primeiros anos, ampliando os meios de comunicação do Conselho, incluindo mudança em sua página institucional alocada no site da Prefeitura Municipal de Saúde, intensificando a divulgação de conteúdos relevantes nas Redes Sociais e garantindo acessibilidade a pessoas surdas e cegas, sempre que possível.

f) Comissão de Políticas Municipais de Plantas Medicinais e Fitoterapia

Foi implantada quando foi anunciada pela Secretaria que não seria retomada a farmácia de Fitoterapia (Botica da Família, fechada para reforma há alguns anos), após deliberação do Pleno do Conselho em abril de 2021. A indignação com a notícia mobilizou lideranças e instituições ligadas à fitoterapia e práticas integrativas em saúde em defesa do retorno da produção própria de fitoterápicos.

Iniciou como uma comissão para pressionar a Secretaria a reinaugurar a farmácia. Contudo, após discussão e deliberação na Executiva, em 12 de maio de 21, seu escopo foi ampliado para ter como finalidade a avaliação, monitoramento e proposições para uma política pública de fitoterapia, ervas medicinais e farmácias vivas.

Segundo deliberação da Secretaria Executiva naquela data foi composta por 3 representantes do CMS (conselheiros ou convidados), representante da ONG Saberes de Luzes e representante do Laboratório de Práticas Alternativas Complementares e Integrativas em Saúde (LAPACIS), da Unicamp.

A Comissão se reuniu por algumas vezes sem conseguir o intento de retomar a produção de insumos na Botica da Família. Não se reúne desde maio de 2021.

g) Comissão Em Defesa dos (as) Trabalhadores (as) do SUS Campinas:

Foi criada em dezembro de 2020 com o objetivo de discutir os problemas que afetam os trabalhadores do SUS Campinas, desde assédio (moral, sexual, institucional e psicológico) às condições de trabalho nos vários serviços de saúde.

Além de trabalhadores do SUS Campinas, foram convidados outros atores, com participação eventuais nas reuniões acontecidas ao longo de 2021 e 2022.

Dentre os temas discutidos destacam-se o processo de formação permanente dos trabalhadores e a aproximação com as universidades da cidade; a necessidade da emissão de pareceres sobre a implementação da política de gestão da força de trabalho, a ser seguida no âmbito do SUS de Campinas; o fortalecimento da comunicação entre trabalhadores dos serviços de saúde e o CMS de Campinas, dentre outros.

Teve como principal produção a organização de uma “live” sobre Violência no Trabalho, que aconteceu em maio de 2021 (maio), com a participação de uma Psicóloga, mestra em Psicologia da Saúde, docente do curso "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho" do Instituto Sedes Sapientiae e interlocutora de Saúde do Trabalhador no ABC Paulista pela Secretaria de Estado da Saúde.

h) A Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador e trabalhadora – CISTT:

Foi a última a ser implantada, em junho de 2022, com participação de conselheiros municipais e atores outros como Associações ligadas à saúde do trabalhador e da trabalhadora vitimados e vitimadas, expostos e expostas nas relações e ambientes de trabalho (ABRASTT), Centrais Sindicais, Conselho Local de Saúde do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CEREST, Departamento de

Vigilância em Saúde (DEVISA) da Secretaria Municipal de Saúde, Instituto Nacional do Seguro Social-INSS Campinas, Pastoral Operária e Unicamp.

Suas reuniões, até o momento, tem sido para se estruturarem e definirem os seus principais objetivos.

i) Secretaria Executiva:

É a comissão responsável por dar suporte e ou conduzir as decisões do pleno do Conselho, bem como se responsabilizar pelas suas tarefas cotidianas, o que é feito pelos profissionais que lá trabalham, destacadamente a Secretária Executiva, nomeada pela Secretaria de Saúde. Dentre as suas responsabilidades evidenciam-se a organização das reuniões do pleno, com definição de pautas e a tomada de decisões sobre formas de resolver pendências de questões já deliberadas no pleno, como, por exemplo, encaminhar demandas ao Ministério Público, ao Conselho Estadual e Nacional de Saúde e a outras instituições de apoio ao controle social. Produz resoluções e recomendações, fruto de análises de dados e das suas próprias discussões, levadas ao pleno para análise e votação. Avalia as queixas, sugestões, elogios e demandas de usuários, o que pode se tornar pautas tanto da Executiva quanto do pleno do Conselho.

Reúne-se semanalmente e, eventualmente, em reuniões extraordinárias, com pautas definidas pelos seus membros ou demandadas pelo Pleno, pelas comissões permanentes do conselho e por órgãos da gestão municipal, neste caso para avaliação de programas, convênios e contratos da Saúde. Participam das reuniões da Secretaria Executiva os membros da Mesa Diretora, órgão responsável por conduzir os trabalhos do pleno durante as suas reuniões.

Ao longo dessa gestão produziu inúmeros boletins com análise das prestações de contas da Secretaria, dos Relatórios de Gestão, dos estoques de medicamentos etc. Produziu, ainda, pesquisas realizadas com os Conselheiros Locais sobre o funcionamento de serviços e programas. Fez visitas a unidades de Saúde, sempre motivadas por queixas de trabalhadores e usuários, para avaliar in loco, problemas e propor soluções junto com o CLS do serviço.

Durante os dois primeiros anos da pandemia de Coronavírus (2020 e 2021) teve papel destacado no seu acompanhamento, monitoramento e avaliação dos dados, produzindo recomendações à Secretaria de Saúde sobre a condução da crise sanitária na cidade.

Outras atuações de destaque se deram na organização, orientação e participação das Comissões Organizadoras das Plenárias para definir diretrizes para o Plano Plurianual de Saúde da Secretaria, da Conferência de Saúde Mental e, no momento, da 12a. Conferência Municipal de Saúde e a eleição do novo mandato do Conselho Municipal de Saúde.

j) Conselho Fiscal:

Responsável pela análise das contas da Secretaria, dos convênios e contratos. Tem reuniões semanais e, eventualmente extraordinárias, dado o volume de trabalho, fruto dos vários contratos e convênios da Secretaria.

A avaliação desses produtos resulta em resoluções encaminhadas para avaliação da Secretaria Executiva e para votação no pleno, no momento da avaliação dos respectivos produtos que as originaram.

Destaca-se no seu trabalho a defesa, por parte dos representantes de usuários e trabalhadores, de um SUS público, estatal, protestando pela crescente privatização da Saúde na Cidade, particularmente conduzida pela Rede Mário Gatti. Mesmo a existência dessa rede também tem sido alvo do protesto da comissão em resoluções aprovadas pelos votos dos trabalhadores e usuários.

k) Comissão de Fortalecimento dos CLS e Acompanhamento das Eleições:

Tem como papel acompanhar e incentivar a atuação dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde (CLS e CDS), dando-lhes apoio quando necessário ou quando demandada, bem como orientar a implantação de novos conselhos em serviços recém-inaugurados, acompanhar os processos de eleição e apoiar as comissões eleitorais de cada CDS.

Reúne-se uma vez por mês com a participação oficial de gestores, trabalhadores e usuários, principalmente conselheiros indicados dos CDS (2 usuários, 1 trabalhador, 1 gestor, além do coordenador do CDS, independente do segmento que este represente) das cinco regiões de saúde da cidade. Entretanto, ao longo desses últimos anos, as reuniões se deram com a participação de muito mais pessoas, representantes de vários conselhos locais, aumentando assim a sua legitimidade e potência.

Reuniu-se com periodicidade mensal, com reuniões on-line, inicialmente dessa forma por causa das exigências provocadas pela pandemia de Coronavírus e, posteriormente, por decisão da própria comissão. Como as eleições de CLS e dos CDS haviam sido suspensas por conta da crise sanitária, a Comissão de Fortalecimento sugeriu ao pleno que assim permanecesse até um momento adequado, bem como prorrogação dos mandatos. Para definir esse momento passou a monitorar a situação pandêmica com indicadores sugeridos por médico sanitário e aprovados pelos seus membros.

Para garantir que os CLS continuassem ativos e exercendo o seu papel, ainda que com restrições, foi dado suporte e apoio aos Conselheiros com maiores dificuldades para uso de ferramentas online. Dentre as pautas mensais ou extraordinárias da Comissão incluíam-se as dificuldades de cada um dos conselhos, as suas dúvidas e orientações para atividades que pudessem ser realizadas sem riscos à saúde dos Conselheiros.

Assim, com as orientações adequadas, foi possível realizar pesquisas com usuários, manifestações e protestos on-line e avaliação do funcionamento dos serviços durante a pandemia, notadamente quanto a fluxos e atenção aos sintomáticos respiratórios. Esses produtos foram importantes para apoiar o Conselho e a sua Executiva na avaliação, monitoramento e proposições para o SUS local.

l) Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras e Reformas na Saúde:

Essa é uma das comissões mais recentes do Conselho, instituída em julho de 2021, motivada pelas inúmeras reclamações de obras e reformas entregues com problemas importantes tais como goteiras, rachaduras em paredes, rede elétrica com capacidade insuficiente para a ligação de todos os equipamentos, notadamente as autoclaves, pinturas ruins, dentre outros. Outra motivação foi a falta de manutenção das autoclaves, com várias quebradas e outras não instaladas, pois não passavam nas portas das respectivas salas.

A Comissão tem como objetivos apoiar e participar junto com os CLS no acompanhamento da construção de unidades de saúde, desde o planejamento até a entrega; avaliar a qualidade do material e se está de acordo com o memorial descritivo; após a entrega, monitorar a qualidade da obra e possíveis problemas que persistem.

Foram monitoradas várias reformas, com visitas acompanhadas de conselheiros(as) locais, tanto durante o período das obras, quanto após a entrega. Foram gerados vários relatórios, acompanhados de descrição detalhadas, incluindo fotos, dos problemas, discutidos com a gestão da Secretaria e que se tornaram pautas tanto da Executiva quanto do pleno do Conselho.

m) Comissão de Acompanhamento da Urgência e Emergência e Atenção Hospitalar:

Essa comissão, instituída a partir da implantação da Rede Mário Gatti (RMG) em 2018, tem como objetivo acompanhar, monitorar e propor diretrizes para a política de atenção hospitalar e urgência e emergência da Secretaria de Saúde e, principalmente, da RMG, dado que se tornou de sua responsabilidade a gestão dos hospitais públicos municipais (Mário Gatti, Mário Gattinho, Ouro Verde), as UPAs municipais e o SAMU. Contudo, também a Secretaria de Saúde, através do DGDO, faz contratações de serviços de outros hospitais, sendo, por conseguinte, objeto de análise dessa Comissão.

Mantém reuniões mensais com participação de representantes dos Conselhos Locais de cada serviço e teve papel atuante, discutindo a qualidade do serviço prestado pelas unidades de saúde, o tempo de acesso ao atendimento nas UPAs, a reposição de pessoal se colocando contra as terceirizações e falta de concursos públicos para a provisão dos trabalhadores. Vários dos temas discutidos e estudos realizados se tornaram pautas da Secretaria Executiva e do Pleno do Conselho.

4. Produtos e Produções mais importantes:

O pleno do Conselho, sua Secretaria Executiva, o Conselho Fiscal e várias das suas Comissões permanentes foram capazes de produzir, ao longo desses últimos 3 anos, uma série de ações, documentos, recomendações, resoluções, participação e articulação com movimentos sociais que representam um grande consenso da defesa do SUS local. São produtos que objetivam, conforme as determinações legais, contribuir estrategicamente com avaliações, monitoramentos, diretrizes e propostas para os programas e planos municipais de Saúde. Dentre os mais importantes, citamos:

- a) Criação de um novo “site” do CMS, agora independente do da Secretaria de Saúde, acessado pelo link <https://cms.campinas.sp.gov.br>. As alterações facilitaram o acesso a atas do pleno, da Executiva e das Comissões, boletins, legislação pertinente e outros documentos, dando mais transparência e facilitando a comunicação entre os conselheiros e com a sociedade. A página é gerenciada pela Secretária Executiva do Conselho, pela presidenta, pela coordenação da Comissão de Comunicação e Coordenação da Secretaria Executiva. Dado que há que se transferir centenas de documentos, ainda não se deu toda a migração do site antigo para o atual.

Por outro lado, há problemas de programação e estruturação do site, construído pela IMA, que atrasam a inclusão e transferência de documentos, necessitando de correções estruturais, especialmente no campo dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde, informação muito necessária para divulgação de sua composição a agenda de reuniões junto à população.

- b) Criação de contas no Instagram e Youtube, e alimentação sistemática da fanpage do Facebook contribuindo com a disseminação das informações e comunicação entre conselheiros e com a sociedade civil, cujos links podem ser acessados na bio do Instagram @cms.campinas.
- c) A transmissão ao vivo no Facebook das reuniões do Conselho, a partir de 03 de junho de 2020, permitiu a participação dos Conselheiros remotamente e depois, quando se tornaram presenciais, foi possível torná-las híbridas, com conselheiros participando presencialmente e outros virtualmente, inclusive com a permissão do voto eletrônico através do WhatsApp.
- d) Boletins com análises da situação de saúde do município e de programas em determinado contexto e das prestações de contas da Secretaria, seja do ponto de vista financeiro, seja do alcance de metas. Tem como objetivos ampliar as informações e, contrapondo-se muitas vezes às análises de gestores, colocar o ponto de vista de trabalhadores e usuários do Conselho.
- Através deles foi possível acompanhar, analisar, ao longo de 2020 e 2021, a pandemia de Coronavírus, resultando em proposições para a Secretaria de Saúde ampliar ações de contenção da pandemia, ampliar e descentralizar a vacinação, melhorar os fluxos nas unidades; outros boletins trataram da falta de medicamentos no Centros de Saúde, demonstrando que o problema implicou em problemas para pacientes com doenças crônicas e uso contínuo de remédios. Um dos resultados é a publicação, em lugar visível, da informação dos medicamentos em falta, de tal modo a impedir que pacientes fiquem circulando por outras unidades à busca inútil do seu remédio; as análises dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e dos Relatórios Anuais de Gestão (RAG), bem como das prestações de contas financeiras demonstrou que, ao longo desses anos, embora a inversão financeira tenha ficado acima dos 17% do orçamento de Campinas, conforme exigido pela Lei Orgânica Municipal, não foi suficiente para se alcançar a maioria das metas epidemiológicas propostas pela própria Secretaria.
- e) Visitas a unidades de saúde por demanda de usuários e trabalhadores para avaliar problemas tais como equipes incompletas, dificuldade de acesso, falta de pessoal, conflitos entre trabalhadores e gestores.

Produziram-se relatórios para a Secretaria, nem sempre, infelizmente, respondidos a contento, mas em grande medida com algumas soluções, ainda que parciais.

- f) Parcerias com o Ministério Público do Trabalho, resultando em discussões sobre condições de trabalho, particularmente durante a pandemia, nas quais, mesmo sem judicialização das queixas, se afirmaram compromissos com a Secretaria para soluções de problemas. Cita-se, por exemplo, pagamento de insalubridade para várias categorias, reformas em ambientes de trabalho, contratações emergenciais.
- g) Parcerias com o Ministério Público Estadual para discussão de problemas relativos à Saúde Mental, buscando-se também firmarem-se compromissos sem a necessidade de judicialização. São discussões ainda em curso, dado que há vários temas em pauta.
- h) Relatório sistematizado de diretrizes para a execução do Plano Plurianual de Saúde acessível em: <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/relatorio-sintese-para-formulacao-de-diretrizes-objetivos-e-metas-para-o-ppa-2022-2025-da>. Foi fruto de discussões iniciadas em fevereiro de 2021, desenvolvidas em 5 plenárias distritais com participação de cerca de 100 conselheiros usuários, 30 trabalhadores e 60 gestores. A Secretaria de Saúde, a responsável final pela construção do Plano de Saúde, de posse desse produto, incorporou várias das proposições, deixando de lado outras tantas. Cabe ao Conselho, tarefa ainda não realizada, avaliar o alcance do Relatório das Plenárias no plano, reavaliando as metas e diretrizes não incorporadas, bem como estratégias para pactuações conjuntas com a gestão, de tal modo que o planejamento municipal seja de fato participativo, incluindo deliberações de trabalhadores e usuários.
- i) A 3ª. Conferência de Saúde Mental, organizada através de 05 (cinco) pré Conferências Distritais e 04 (quatro) Conferências Livres resultou em relatórios que foram impressos e estão sendo encaminhados a todos os participantes e serviços da Secretaria de Saúde.

O relatório final (<https://cms.campinas.sp.gov.br/conferencias/edicao-3>) inovou ao separar as responsabilidades pela execução das diretrizes e metas. Cabe ao Conselho Municipal esforçar-se para cumprir as tarefas que são da sua responsabilidade, seja através do Pleno, da Executiva e suas Comissões, bem como monitorar e cobrar da gestão da Secretaria o cumprimento daquelas da sua responsabilidade, incluindo-as no Plano Municipal de Saúde e, mais que isso, o esforço coletivo para o alcance das metas.

- j) Resoluções e Recomendações à Secretaria de Saúde, acessíveis no site do CMS. São fruto das discussões e avaliações de programas, prestações de contas financeiras e das metas, de pesquisas realizadas pelo Conselho Municipal, de demandas e problemas apontados por conselheiros, pelas comissões permanentes etc. Poderão ser consultadas no site da Conselho Municipal de Saúde. Dentre os assuntos, encontram-se os referentes ao alcance de metas referidas nos Relatórios Anuais de Gestão, Recomendações para o Plano de Contenção do Coronavírus, recomendações para descentralização da vacina contra o Coronavírus, Reorganização da Atenção Primária para retorno à sua rotina pós período mais crítico da pandemia de Coronavírus, melhoria do acesso e humanização

dos serviços de atenção primária, incorporação da Rede Mário Gatti à Secretaria de Saúde desfazendo o duplo comando da Saúde na cidade, suspender o processo de terceirizações de serviços e pessoal na Secretaria de Saúde retomando a gestão e execução pública dos serviços, resoluções contrárias ao fechamento de serviços por parte da Secretaria, incorporação de nova metas aos Relatórios de Gestão da Secretaria, suspensão e retomada posterior da eleições de conselhos locais e distritais, motivadas pela pandemia de coronavírus etc.

Parte dessas recomendações e resoluções foram incorporadas pela Secretaria, conquanto a maior parte dela não tenha passado de letra morta, desprezada pela gestão. Nestes casos sequer foi justificado ao Conselho as razões da não incorporação aos planos de saúde ou à programação da Secretaria.

Mesmo a publicação no prazo regimental de algumas, conforme a lei, só aconteceu por interferência do Ministério Público.

Essas resoluções, recomendações e moções aprovadas ao longo desse tempo podem ser acessadas nos links abaixo:

- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/live-no-3-por-um-retorno-seguro-escolas-um-dialogo-intersectorial>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/live-no-4-os-rumos-da-flexibilizacao-do-isolamento-social-em-campinas>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/festival-sus-vivo-30-anos-celebrar-e-resistir>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/debate-com-candidatos-prefeitura-de-campinas>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/mapeamento-da-situacao-dos-centros-de-saude-em-01012021>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/entidades-exigem-vacinacao-ja>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/nota-sobre-violencia-nos-centros-de-saude-de-campinas-0>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/entidades-civis-pedem-adocao-de-lockdown-em-campinas>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-aponta-deficit-de-pessoal-em-postos-de-saude>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/documento-de-referencia-para-plenarias-distritais-preparatorias-para-o-plano-plurianual>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/pela-reabertura-imediata-do-cta-e-o-ambulatorio-de-hepatites-virais-na-regiao-do-ouro>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/campinas-desativa-centro-de-saude-do-jardim-sao-vicente-e-moradores-ficam-sem-alternativa>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/sem-estoque-para-39-remedios-saude-de-campinas-promete-repor-mais-da-metade-em-1-mes>

- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/saude-15-dos-remedios-oferecidos-seguem-em-falta-no-sus-municipal>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-municipal-de-saude-sobre-vacinacao-contracovid-e-atencao>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/prefeitura-renunciou-ao-controle-da-pandemia-entregando-o-para-cada-individuo-diz>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/campinas-conselho-municipal-repudia-desmonte-na-area-da-saude>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-municipal-de-saude-sobre-retomada-das-atividades-com-100-de>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-pede-mais-agilidade-na-contratacao-de-interpretres-de-libras-para-servicos-de>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/usuarios-do-centro-de-saude-sao-vicente-comemoram-mudanca-no-trajeto-do-onibus-vila>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-municipal-de-saude-contraprivatizacao-da-upa-campo-grande>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-sobre-violencia-contratrabalhadores-e-usuarios-no-sistema-de>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/ato-contraprivatizacao-da-upa-reune-moradores-do-campo-grande-e-conselheiras-de-saude>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-rede-mario-gatti-de-suspensao-do-edital-para-terceirizacao-e-consequente>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-estabelece-medidas-para-que-secretaria-torne-efetivo-enfrentamento-da-demanda>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/processo-de-terceirizacao-de-upa-gera-nova-manifestacao>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/vila-rica-luta-por-novo-centro-de-saude>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-de-saude-repudia-pl-24321>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/sem-apoio-surdos-enfrentam-barreiras-para-se-comunicar>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/campinas-se-prepara-para-3a-conferencia-de-saude-mental>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-municipal-de-saude-referentes-ao-trabalho-desenvolvido-pelos>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-aprova-nota-de-protesto-contraconsulta-publica-conitecsctie-no-1072021>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/cms-pede-novas-posturas-para-enfrentamento-da-covid-19>
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-de-saude-repudia-ataques-comunicadores>

-
- <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/desobrigacao-do-uso-de-mascaras-em-lugares-fechados-e-o-risco-para-populacao-do-brasil>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/nota-de-repudio-aos-veredores-marcelo-silva-e-nelson-hossri-por-suas-condutas>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/saude-fecha-servicos-de-atendimento-especializado-em-fonoaudiologia>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/ato-em-defesa-da-saude-da-populacao-campineira>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/recomendacoes-secretaria-de-saude-de-campinas-sobre-falta-de-leitos-pediatricos-e-de-uti>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/serie-sus-ganha-descricao-em-libras>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselhos-locais-de-saude-elegem-seus-representantes>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/upa-sao-jose-entra-em-processo-de-terceirizacao>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/comunidade-se-mobiliza-pela-manutencao-da-casa-dos-sonhos-em-sousas>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-municipal-de-saude-pede-uso-de-mascaras-nas-escolas>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/protesto-contraprivatizacao-das-upas-na-cidade-de-campinas>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/populacao-conselhos-saude-campinas-debatem-privatizacao-da-upa-anchieta>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-aprova-recomendacoes-secretaria-saude-implantacao-da-ouvidoria-do-sus-campinas>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/guida-calixto-defende-que-cms-defina-destino-das-emendas-impositivas-saude>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/presidencia-do-conselho-municipal-saude-campinas-assina-ad-referendum-mocao-apelo-ao>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselhos-locais-saude-reivindicam-mais-pessoal-estrutura-atendimento-da-populacao>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-municipal-saude-cms-campinas-aprova-resolucao-recomendacoes-sobre-qualidade-da>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/saude-vida-humana-priorizadas-pela-prefeitura-campinas-ja>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/amanha-vai-ser-outro-dia-tema-da-12a-conferencia-municipal-saude-campinas>
 - <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-aprova-mocao-que-defende-enfermagem-do-pronto-socorro-adulto-psa-do-mario-gatti>

5. Considerações finais e recomendações.

Os Conselhos de Saúde, junto com as Conferências, se constituem nos mais importantes dispositivos legais, instituídos pela Constituição brasileira, para a democracia direta no campo das políticas públicas. Permite o diálogo com o Estado e a possibilidade de influenciar concretamente nos rumos do SUS local, regional, estadual e nacional. A sua configuração, com metade de usuários representantes de vários movimentos sociais e outras instituições da sociedade, permite dar mais voz e voto aos cidadãos ditos comuns, influenciando, com mais ou menos força a depender do contexto, os rumos da política de saúde.

É fato que os resultados, na maioria das vezes estão aquém dos necessários, particularmente num país como o nosso, construído com base no racismo estrutural e institucional, ainda muito misógeno, violento, discriminatório das populações consideradas “diferentes” pelos olhares preconceituosos, como a LGBTQIA+, a feminina, aqueles com deficiências físicas, transtorno mentais, idosos, entre outros. Esse fato leva, freqüentemente, os usuários perguntarem se vale a pena participar. E a nossa resposta é, SIM, vale a pena. Ao longo da história da implantação do SUS houve vitórias consideráveis do povo brasileiro, construindo-se o maior sistema público de saúde do mundo, com programas que serviram de modelo para outros países e muito nos orgulham. Afirmamos que se não conseguimos, ainda, a situação almejada, de tal modo que o SUS que temos está ainda distante do SUS que queremos, “outro mundo é possível” e será alcançado com a nossa luta e nosso esforço.

No caso de Campinas, temos avanços consideráveis e ainda muito a conquistar.

Aqui, como já afirmamos, não pretendemos avaliar a política de Saúde de Campinas, mas a medida do quanto esse mandato do Conselho teve de possibilidade de contribuir ou contribuiu para o resultado da política de saúde.

Podemos afirmar que é um Conselho bem organizado, entretanto ainda com falhas estruturais cujas soluções demandam mais esforço da gestão da Secretaria, o responsável legal por garantir condições plena de funcionalidade do órgão. Ainda resta equipar melhor o conselho, lhe garantir melhor espaço físico e pessoal condizente com as suas funções.

Apesar do nível avançado de autonomia do Conselho e dos Conselheiros, essas limitações e particularmente a limitação financeira, sem autonomia para usar a sua rubrica orçamentária que lhe é destinada, e a falta de técnicos especializados em áreas muito específicas, são entraves importantes à sua atuação, comunicação com a sociedade e transparência das informações.

Recomendamos continuar a demanda à Secretaria de Saúde e os esforços para melhor adequar o conselho tanto estruturalmente quanto com pessoal em número e competências.

Consideramos que a nossa representatividade diante da sociedade é ainda muito frágil. Isso se demonstra pela pouca renovação dos conselheiros, sejam os municipais, distritais e locais. Ademais há queixa dos conselheiros locais de um certo afastamento do municipal dos Conselhos Locais, o que foi piorado pela pandemia. Também não há evidências que os conselheiros, usuários e trabalhadores, principalmente,

mantenham diálogo e avaliações com seus pares sobre os problemas enfrentados na saúde. Uma das exceções, ao que sabemos, refere-se aos Conselheiros do MOPS e Sindicais, que discutem entre pares com mais ou menos frequência nas suas reuniões. A própria participação dos conselheiros, notadamente dos trabalhadores, nas reuniões do pleno, com muitas faltas, obrigando a suspensão de alguns mandatos, se revela como marcador dessas fragilidades, que precisam ser enfrentadas pelo próximo mandato do Conselho. Recomendamos que sejam retomadas as capacitações de conselheiros, discutindo e buscando, com eles, formas de superação dessas fragilidades

Por outro lado, ainda que com essas fragilidades, o nível de participação desses valorosos conselheiros que se propõem a enfrentar as dificuldades e estarem presentes nas reuniões plenárias e outras atividades do Conselho, é alto. As plenárias para consecução do plano plurianual, para a Conferência de Saúde Mental e outras demonstram isso. São apresentadas proposições com alto grau de consenso, passíveis de elevar o SUS local a outro nível se incorporado de fato pela gestão municipal da Saúde. Contudo, aqui também se revela outra fragilidade do Conselho, que é a sua baixa capacidade de acompanhamento do plano plurianual e dos planos anuais de saúde e do quanto as proposições formulados nesses espaços são de fato incorporadas. Assim, outra recomendação é que discutamos propostas concretas de acompanhamento delas e de estratégias para a sua incorporação, se não todas, da maioria. Esse problema é um dos que fragilizam e tiram legitimidade do Conselho e do controle social.

Mostraram-se muito potentes como instrumento de diálogo e de interação com usuários as pesquisas realizadas por conselheiros locais sobre o funcionamento dos serviços. Também se mostrou dispositivo potente para aproximar o conselho municipal dos locais foram as visitas a serviços, discutindo in lócus os seus problemas e contribuindo na busca de soluções. Recomendamos que possa ser incentivado e ampliado na próxima gestão. Recomendamos que sejam incentivadas e ampliadas, tanto as pesquisas quanto as visitas aos serviços.

Foi um avanço considerável o uso de meios informatizados para comunicação com o público (Instagram, Facebook e Youtube), devendo ser amplificados e potencializados. De outro lado, apesar do grande esforço de conselheiro voluntário, há que se investir mais, incluindo a estruturação por parte da Secretaria, nas transmissões online das reuniões do Conselho, incluindo a participação virtual dos cidadãos, permitindo diálogo e fluxo comunicacional bidirecional (do conselho com os cidadãos e vice versa).

Uma das reivindicações não atendidas do Conselho foi a instituição de ouvidoria própria, que consideramos dispositivo de muita importância nessa comunicação. Recomendamos que estas demandas sejam retomadas e fortalecidas no próximo mandato.

Dentre as recomendações que consideramos prioritária urge que analisemos os não-avanços em relação às nossas propostas, diretrizes, recomendações e resoluções e tracemos estratégias para uma melhor relação com a Secretaria, de tal modo que as demandas populares possam fazer parte do plano.

Em conclusão, consideramos fundamental aos destinos do SUS o fortalecimento dos Conselhos de Saúde, entre outras estratégias, tendo como prioridade a ampliação com renovação da participação popular e dos

trabalhadores, dando mais efetividade na produção de resultados palpáveis para a população. É prioridade, portanto, pensarmos estratégias para que a comunidade seja capaz de mais “influenciar, controlar ou decidir sobre o conteúdo, a abrangência e os rumos das políticas públicas. Envolve a institucionalização dos procedimentos, a pluralidade da composição, a deliberação inclusiva, o poder de agenda dos integrantes, o controle da decisão e o acompanhamento das ações públicas”¹.

¹ Almeida DCR, Cunha EMS. A análise da de - liberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes